

Nessa discussão, todos dão palpites. Mas quem paga a conta é você.

POR CELSO MING

Limite

Se a opção for tomar dinheiro emprestado no mercado interno para pagar a conta, o resultado será o aumento da dívida interna; o aumento das despesas com os juros que hoje já devem ter ultrapassado os 4% do Produto Interno Bruto; e, muito provavelmente, o aumento da instabilidade no overnight, na medida em que cresce a suspeita de que o governo vai, mais cedo ou mais tarde, acabar provocando um calote qualquer, uma vez que a dívida interna já é tão grande que já está muito próximo o limite a partir do qual não será possível honrá-la.

A outra escolha é botar para funcionar as impressoras da Casa da Moeda e pagar as contas com papel pintado. Se isso acontecer, teremos necessariamente mais inflação. E como, nessas condições, emissão é um imposto disfarçado — porque desvaloriza o dinheiro que está no seu bolso ou na sua conta bancária — a conclusão é o aumento da carga tributária.

E a mortadela?

Ao contrário do que acontecia nos anos anteriores, em que o orçamento era aprovado no escuro pelo Congresso, dessa vez está havendo discussão.

Na semana passada, você acompanhou pelos jornais o caso da rolagem das dívidas externas dos Estados e municípios. Simplificadamente, o governo pretende que 25% da dívida vencida e a vencer no ano que vem sejam pagos pelos Estados e municípios. Isso significaria que o

Banco Central receberia o equivalente, em cruzados, dos juros e do principal da dívida, sem ter obrigação de pagar em dólares ao credor externo, já que o acordo de renegociação empurrou para frente essa amortização.

Empurrando

Fica fácil entender a posição dos governadores (e prefeitos). Para eles, pagar esse tanto — coisa de 1 trilhão de cruzados — significaria abrir mão de um dinheiro para despesas com obras públicas, pagamento de pessoal etc. E argumentam que não tem cabimento o governo cobrar deles a amortização de uma dívida que os próprios credores externos admitiram rolar para frente.

Por aí se vê que os governadores querem que essa parte da conta que o governo lhes está cobrando seja empurrada para "outros". Esse "outros" seriam o Banco do Brasil e seus "donos", ou seja,

novamente, os contribuintes...

Um outra opção seria cortar subsídios. Ocorre que o grosso dos subsídios vai para os projetos da Sudam e da Sudene. Além da oposição dos governadores e políticos do Norte e do Nordeste, essa idéia entra contra o voto dos próprios empresários do Sul do País. O empresário Mário Amato, por exemplo, que é o primeiro a pedir austeridade e controle de despesas, é também quem mais trança pausinhos para que esses subsídios não sejam cortados.

Com é que fica o Congresso nisso? Como é a primeira vez que a Comissão de Orçamento pegou a proposta do governo para um exame mais sério, os congressistas estão apanhando. A primeira reação deles foi alterar um grande número de contas, sempre aumentando as despesas. Eles não gostaram dos cortes que apareceram na chamada Operação Desmonte. Como, no entanto, a nova Constituição determina que, para criar despesas, é preciso apontar de onde vêm as receitas correspondentes, eles estão sendo obrigados a voltar atrás, chegando mais perto do que vinha propondo o governo.

A mortadela desse sanduíche acaba sendo o contribuinte, é claro. Porque, se esse orçamento não for fechado com o total de despesas perto do total de dinheiro disponível, vai sobrar emissão de moeda e mais imposto, disfarçado ou não. E quem vai acabar pagando é você, eu — todos nós.

